

Reconfigurações da segregação urbana, trajetórias migrantes e emergência de lutas pela moradia na Grande Florianópolis¹

Francisco Canella²

Carmen Susana Tornquist³

Luís Felipe Aires Magalhães⁴

Resumo

O Estado de Santa Catarina tem sido cenário, nas últimas décadas, de intensa transformação econômica e produtiva que incidem sobre sua dinâmica demográfica e migratória. Este processo, ainda em curso, é marcado, em termos gerais, pela concentração econômica e populacional na região litorânea do Estado, particularmente na Grande Florianópolis (capital do Estado) e em Joinville (cidade mais populosa e maior eixo industrial de Santa Catarina). Esta concentração é fruto de crises econômicas e processos de evasão migratória especialmente nas mesorregiões Sul (crise do Complexo Carbonífero e degradação ambiental) e Oeste (reestruturação do Complexo Agro Industrial e intensificação da concentração agrária) catarinenses. Estes fluxos migratórios, somados ainda aos de gaúchos, paranaenses, paulistas e, mais recentemente, nordestinos, dirigem-se à Grande Florianópolis não apenas por transformações nas suas regiões de origem, mas também por fatores de atração do local de destino. O principal destes fatores é a vinculação nacional de Florianópolis enquanto cidade-mercadoria, local de oportunidades de trabalho, qualidade de vida e prosperidade. Como consequência, está em curso um processo de crescimento horizontal das regiões periféricas (sobretudo nos municípios de São José e Palhoça) e de expansão vertical das habitações precárias (em especial nos morros da região insular de Florianópolis). O acúmulo destas contradições e a situação crescente de vulnerabilidade sócioespacial fez ressurgir, nos últimos anos, o movimento de luta por moradia na região, com a intensificação da ocupação como instrumento de luta por moradia, terra e trabalho, como são os casos da Ocupação Contestado, em São José, e da Ocupação Palmares e Ocupação Amarildo de Souza, ambas em Florianópolis. O presente artigo, que faz parte de pesquisa mais ampla desenvolvida na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) tem como tema as trajetórias migratórias dos moradores da Ocupação Contestado, bem como outras características sóciodemográficas, como escolaridade, renda, saúde e composição familiar. Nosso objetivo é identificar os processos em comum que condicionam e tipificam a migração das famílias moradoras da ocupação, ademais de traçarmos um perfil social dos moradores da Ocupação Contestado. A hipótese é a de que estas famílias e suas trajetórias migratórias sejam expressão das transformações econômicas e produtivas em curso, bem como dos fatores que condicionam a mobilidade intraurbana na região. A metodologia combina a revisão teórica do movimento de luta por moradia e dos conceitos de mobilidade intraurbana, periferização

¹ Trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino-Americana de População, realizado em Lima – Perú, de 12 a 15 de Agosto de 2014.

² Professor no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina – UDESC.

³ Professora no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina – UDESC.

⁴ Estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

e vulnerabilidade sócioespacial, com a aplicação de questionários e realização de grupos focais com os moradores da ocupação.

Apresentação da pesquisa e contextualização do seu universo

Esta comunicação apresenta os primeiros dados coletados de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (Brasil) intitulada **“O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores”**⁵. O universo da pesquisa é a Mesorregião da Grande Florianópolis, onde se situa a capital, Florianópolis, município de médio porte. O Estado de Santa Catarina localizada na Região Sul do Brasil, fazendo fronteira, a oeste, com a Argentina, ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul e à norte com o Estado do Paraná.

No que se refere ao padrão de crescimento urbana da região, deve-se salientar, de forma introdutória, que o crescimento desta região tem sido tardio em relação a outras capitais do região litorânea brasileira (uma extensa faixa mais urbanizada e industrializada que o restante do território nacional), e está relacionado a uma série de fatores, entre os quais se destaca o aumento do valor da terra na região. É importante caracterizar esta elevação do valor da renda da terra no marco de uma estratégia ideológica sob a qual a cidade de Florianópolis tem sido vendida, enquanto cidade-mercadoria, como um local de elevada qualidade de vida e oferta de emprego. A produção desta cidade-mercadoria, comumente anunciada como “Ilha da Magia”, está associada à expansão da atividade turística, à especulação imobiliária bem como ao lugar estratégico que a região ocupa no processo de distribuição e circulação de mercadorias para os demais países do Cone sul.

A produção de uma cidade enquanto cidade-mercadoria revela o desenvolvimento de um processo econômico e financeiro mais complexo, qual seja, a conversão da cidade de espaço da valorização do capital em objeto da valorização do capital. Em outras palavras, a própria cidade se torna um produto, um objeto mercantilizado pela economia de mercado, sob alicerces midiáticos e governamentais indisfarçáveis.

A produção de Florianópolis como cidade mercadoria e seu anúncio em revistas de circulação nacional, em campanhas internacionais para atração de turistas estrangeiros, e mesmo em novelas com grande peso no ideário popular brasileiro atuam como elementos de atração populacional que, somados a uma persistente reestruturação produtiva e crise econômica nas Mesorregiões Sul e Oeste (elementos de expulsão populacional), incidem diretamente sobre a dinâmica migratória no Estado, contribuindo uma vez mais à concentração populacional no litoral do Estado.

⁵ Esta pesquisa, desenvolvida desde o início do ano de 2013, integra o Observatório das Migrações no Estado de Santa Catarina, linha de pesquisa com apoio do CNPq, vinculada ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da UDESC.

Desta forma, os processos migratórios recentes evidenciam a presença de pessoas originárias das áreas rurais da Região Sul (não apenas o Sul e o Oeste catarinenses, mas a região Serrana do Estado e o interior dos Estados de Rio Grande do Sul e Paraná), movimento comum à região desde o século passado, mas também a vinda de famílias das Regiões Norte e Nordeste do país, processo inusitado para região.

A Florianópolis que estes contingentes migratórios encontram não é a Florianópolis dos cartões postais, das revistas e das novelas nacionais, mas sim a cidade com problemas estruturais de saneamento urbano, de mobilidade e de acesso e apropriação da cidade. Por outro lado, mas correlato a isto, encontram ainda uma capital com o metro quadrado do solo em franco processo de valorização, como veremos adiante, e um valor médio do aluguel muito próximo ao salário que recebem. Como consequência, à atração ulterior soma-se uma expulsão, orientada desde a região insular até a periferia da cidade. Estes novos moradores da região encontram, então, espaço para estabelecer suas moradias em municípios vizinhos à capital, geralmente em condições de precariedade, constituindo novos espaços de pobreza, já que a obtenção de postos de trabalho se dá também em condições de precariedade em direção aos municípios vizinhos à capital Florianópolis. A nova forma de uso e ocupação do solo na região tem tido consequências também para antigos moradores das classes populares da região, que passam a morar também nestes municípios, modificando drasticamente a configuração socioespacial que predominava até recentemente.

Esta expansão da ocupação do solo urbano não é apenas horizontal, através do crescimento urbano para regiões periféricas da cidade, mas é também vertical, através da intensificação da ocupação de áreas localizadas em morros, frequentemente identificadas como áreas de risco. Não são raros, ainda, os processos de ocupação em regiões alagadas, de dunas, mangues e riachos.

A ausência de políticas públicas para moradia popular na região contribui fortemente para a configuração de tensões e conflitos relacionados a terra urbana, que mais recentemente, começam a se reorganizar em torno de movimentos específicos. São escassas, também, as políticas públicas de saneamento e de atendimento básico à saúde nestas localidades.

Recorrendo a metodologias quantitativas e qualitativas, esta pesquisa busca reconstituir as trajetórias de vida dos moradores e moradoras de uma ocupação de trabalhadores sem teto ocorrida em finais do ano de 2012 (a Ocupação Contestado), a partir de dados que permitem identificar algumas tendências predominantes no perfil destes moradores, como escolaridade, religião, procedência, saúde, religião e experiências laborais. A pesquisa está problematizando questões como: qual o seu perfil socioeconômico? Qual a experiência política dos sem teto? Qual o papel que ocupa a religião no processo migratório e nas experiências atuais em termos de organização

política? O que suas trajetórias de vida revelam com relação à experiência laboral? Como as diferenças culturais, decorrentes de suas origens regionais, são vivenciadas no cotidiano da Ocupação? Como se dá a adaptação de seu equipamento cultural em face da nova realidade em que se inserem? Como as mudanças econômicas e culturais atinentes à organização familiar e às relações de gênero se manifestam neste contexto? Que associações e rupturas são possíveis de ser identificadas entre a experiência específica da Ocupação Contestado e às experiências próprias vividas por ocupações anteriores, que remontam às décadas de 1980 e 1990 do século XX? Com a elucidação dessas questões, a pesquisa pretende contribuir com o debate acerca do crescimento populacional da região metropolitana e suas consequências sociais.

O universo de análise da pesquisa compreende a Ocupação Contestado, aproximadamente 100 famílias. Os objetivos dessa pesquisa serão alcançados mediante alguns procedimentos básicos, que se pretende que deem conta do perfil social dos atores investigados bem como de suas trajetórias de vida e vivências cotidianas.

O primeiro procedimento é a aplicação de um questionário, com perguntas sobre o responsável pelo domicílio (e a origem, profissão e ocupação de seus pais), sua escolaridade (e a dos membros do domicílio), seus problemas de saúde (e os dos membros do domicílio), sua ocupação principal, secundária e renda (e a dos membros do domicílio) e a mobilidade intra-urbana e as trajetórias migratórias do responsável pelo domicílio. Este procedimento, já inteiramente concluído e com resultados disponíveis neste artigo, objetiva a produção de dados quantitativos sobre as condições de vida dos moradores da Ocupação Contestado.

Outro procedimento da pesquisa se desenvolve através do método etnográfico. Com esta metodologia, buscamos observar a dinâmica estabelecida em vários espaços frequentados pelos moradores e moradoras da Ocupação – espaços de lazer, a associação de moradores, as oficinas realizadas por universitários e ONGs, as relações entre vizinhos, os diferentes grupos de afinidade entre os jovens, o grupo familiar, etc. com destaque à organização comunitária e às assembleias gerais. Um aspecto particularmente importante desta metodologia foi empregado com a utilização da técnica do grupo focal, à luz de experiências recentes do grupo de pesquisa em contexto social similar ao desta pesquisa (TORNQUIST & REIS, 2012). Foram realizados dois grupos focais: um sobre os aspectos gerais (positivos e negativos) da vida na Ocupação e outro sobre a questão de gênero na Ocupação (participação protagônica das mulheres e violência de gênero). Estes grupos focais forneceram um conjunto de informações qualitativas de fundamental importância para o entendimento das relações sociais em curso na Ocupação.

Na medida em que entendemos que o método etnográfico não se reduz a uma simples técnica de pesquisa, mas muito mais a uma forma de abordagem da realidade (o que implica num

olhar específico sobre ela), a pesquisa buscou articular este olhar com outros procedimentos, os quais complementaram a observação cotidiana do grupo pesquisado. Se tal opção metodológica privilegia o exame do detalhe, dos fragmentos, a relação com a totalidade na qual estão imersos foi articulada com os dados do *survey*. Desse modo, procurou-se integrar uma análise de cunho microsociológico com uma abordagem mais macroscópica da realidade, o que contribuiu para complexificar a compreensão dos sujeitos investigados e suas interações com a realidade mais abrangente da cidade.

Histórico da Ocupação Contestado

A Ocupação Contestado surgiu em 2012, a partir de um processo de desejo sumário e violento de um grupo de famílias pobres, moradoras de um bairro situado na periferia da capital, durante um processo eleitoral. Numa prática tradicional na política eleitoral brasileiro ainda hoje, sob qual candidatos a cargos políticos trocam votos por bens materiais, este grupo vivenciou uma situação dramática, que inclui a autorização (promessa de campanha eleitoral) para ocupação de um terreno, supostamente público, para estabelecimento de suas moradias, e, alguns dias depois, foram despejados pela mesma autoridade que lhes havia concedido o “favor”. Após este despejo, realizado de forma violenta, com intenso uso da força policial e ameaças de várias instituições estatais, o grupo de famílias conseguiu se organizar com o apoio de organizações políticas da região, cuja pauta envolvia diretamente a questão do direito à moradia e à terra. Desde então, em um complexo processo de articulações, apoios e, sobretudo, de organização das famílias em um novo território, também ocupado e próximo do bairro original, esta ocupação passou a compor o que, para nós, se caracteriza como um novo ciclo do movimento dos sem teto na região, após um intervalo de mais de 20 anos. Afirmamos isto, pois, desde 2012, três novas ocupações organizadas surgiram na região, com características similares, em termos do perfil socioeconômico de seus componentes.

Entre as várias questões que norteiam a pesquisa destacamos, para este trabalho, a necessidade de compreensão do processo de migração interna em Santa Catarina, sua importância para a expansão da urbanização nas áreas litorâneas do Estado, especialmente Florianópolis, e a repercussão destes processos nas condições econômicas e sociais de Florianópolis. A partir do entendimento destas condições, nos preocupamos ainda em definir melhor, com maior precisão teórica, o processo de periferização em curso na região da Grande Florianópolis, analisando a centralidade do espaço e da questão da moradia neste processo. Por fim, esta primeira preocupação está constituída ainda no conhecimento das condições econômicas, sociais e demográficas em que vivem os moradores da Ocupação Contestado, espaço de luta por moradia situado em São José – SC

(Mesorregião da Grande Florianópolis). Buscamos, em especial, investigar se as trajetórias migratórias dos moradores da Ocupação Contestado compõem tendências e padrões identificáveis, e com base nestas tendências e padrões associar estes movimentos com o movimento do próprio capital na economia dependente brasileira e catarinense. Buscamos entender quais são os condicionantes objetivos e subjetivos desta mobilidade que produziu o Contestado.

Além desta primeira preocupação, eminentemente teórica, a presente pesquisa é fruto também de uma preocupação política: refletir sobre a realidade das pessoas que lutam por moradia, e contribuir na transformação da sociedade em que vivemos, apresentando elementos para a formulação de políticas públicas específicas, a partir da identificação dos principais problemas de saúde, educação e trabalho dos moradores da Ocupação Contestado. É exigência desta preocupação o conhecimento das condições, econômicas e sociais, vigentes na Ocupação Contestado. Referimo-nos, com isto, tanto às condições possíveis de ser avaliadas pelos questionários tanto àquelas identificadas pelos grupos focais e entrevistas.

Alguns dados referentes à dinâmica urbana da capital Florianópolis ajudam a iluminar o cerne da questão urbana que produz e condiciona a Ocupação Contestado. Aprofundamo-nos nesta questão.

Quem chega a Florianópolis percebe muito rapidamente uma identificação bastante comum na cidade, que é a de que a parte rica de Florianópolis localiza-se na ilha. Morar na ilha agregou o significado de morar bem, pelo menos desde o ponto de vista da noção de qualidade de vida, propalada pelas agências estatais e mercado imobiliário e turístico da região, nas últimas décadas. Uma característica importante do município é o fato de situar-se quase que na sua totalidade (97%) em uma ilha (IPUF, 2002). A parte continental integra a Região Conurbada com outros três municípios (Palhoça, São José e Biguaçu). Maria Inês Sugai (2009, p. 165) critica a identificação de Florianópolis como reduzindo-se à “ilha”, em razão dos significados e processos que ela encobre, pois invisibiliza a pobreza e glamouriza a riqueza. No entanto, em que pese a grandeza territorial da ilha, e que sua ocupação tenha começado por ela, a fatia continental teve importante papel ao longo de sua história. Atualmente, 26% da população habitam os bairros localizados no continente. A invisibilidade produzida sobre ele tem a ver com escolhas relativas ao desenvolvimento de Florianópolis, as quais reforçam uma hierarquia entre os diferentes espaços e uma segregação entre os moradores. Morar na ilha é sinônimo de prestígio social, signo de distinção, independente da área onde se vive, mesmo que, como veremos, uma série de territórios de pobreza existam na parte insular de Florianópolis.

Como foi colocado anteriormente, entre as décadas de 1950 e 1970, Florianópolis inscrevia-se na mesma dinâmica de crescimento das outras cidades brasileiras, acompanhando as médias nacionais, cujo aumento populacional podia ser creditado às intensas migrações campo-cidade do período. As demandas geradas desse processo e os subsequentes investimentos do poder público e do setor privado aumentavam o mercado de consumo na cidade. No entanto, também começou a ficar mais evidente a existência dos problemas sociais, os quais se distribuíam desigualmente no espaço. Como veremos, o crescimento veio ocorrendo pela sua periferia, com expressiva participação dos municípios da área conurbada.

Nas décadas de 1980 e 1990, o crescimento de Florianópolis é menos acelerado do que nas décadas anteriores, mas ainda assim acima da média nacional no período. Uma característica da expansão da Região Metropolitana pode ser destacada pela observação do crescimento dos municípios vizinhos, da área conurbada de Florianópolis, como São José, Biguaçu e Palhoça. Seus dados populacionais revelam um crescimento da região metropolitana que se dá pela periferia⁶. Em 1960, Florianópolis abrigava 58,20% da população da área conurbada, hoje abriga 49,26% da população dessa mesma área.

Os mapeamentos das áreas de pobreza já realizados permitem a percepção de que é em algumas áreas específicas que se concentra essa população na cidade e, mais recentemente, nos municípios vizinhos.

Muitos dos novos moradores que passaram a ocupar estas áreas chegaram à cidade recentemente. A Tabela II apresenta alguns dados sobre população residente, população residente que não morava na região em 31/07/2005 (quesito data-fixa de 5 anos antes da aplicação do Censo Demográfico de 2010), e a porcentagem da população residente que chegou à região nos últimos 5 anos:

⁶ Tomando-se pelo termo periferia não apenas o afastamento geográfico de um centro urbano, mas também o afastamento social.

Tabela II – População residente e migrantes nos últimos 5 anos (regiões selecionadas, em 2010)

Região ou Município	População Residente	Imigrantes nos últimos 5 anos	% da população residente que imigrou nos últimos 5 anos
Santa Catarina	6.248.436	736.702	11,7
Grande Florianópolis	994.095	144.307	14,5
Florianópolis	421.240	63.215	15
São José	209.804	31.461	14,9
Palhoça	137.334	20.944	15,25

Fonte: IBGE, 2013.

Este crescimento tem sido tributado, entre outros aspectos, a uma política deliberada de promoção da capital catarinense como uma cidade com alta qualidade de vida, seja para a moradia, para a indústria dita “leve” ou, ainda, para o turismo de luxo. Neste sentido, em especial nos últimos 12 anos, esta deliberação das elites econômicas e políticas tem tido efeitos concretos, no processo de segregação socioespacial da cidade. Assim, se de um lado advém à região migrantes com alto poder aquisitivo, que preferencialmente vivem na área insular da capital, de outro, chegam os trabalhadores e trabalhadoras manuais e com baixa qualificação para trabalhar na construção civil e no setor de serviços. As frequentes alterações de zoneamento e os marcos regulatórios do planejamento urbano recentes, referentes à capital, os altos preços dos aluguéis e do solo urbano, bem como as políticas referentes ao transporte de massas, entre outras políticas sociais, expressam claramente o processo de segregação socioespacial vivido na região, com a expulsão das classes trabalhadoras para a região periférica, junto à chegada dos migrantes pobres, população que é alvo desta pesquisa.

A cidade que estes migrantes encontram não é a cidade dos cartões postais, das agências de turismo e das novelas nacionais, utilizados nacional e internacionalmente para projetar a cidade como território atrativo, dentro da lógica que alguns autores chamam de “cidade-mercado”. Para a grande maioria dos migrantes, Florianópolis se apresenta sob a forma de morros, habitações precárias, inadequadas condições de saneamento básico, e dificuldades diárias de transporte urbano.

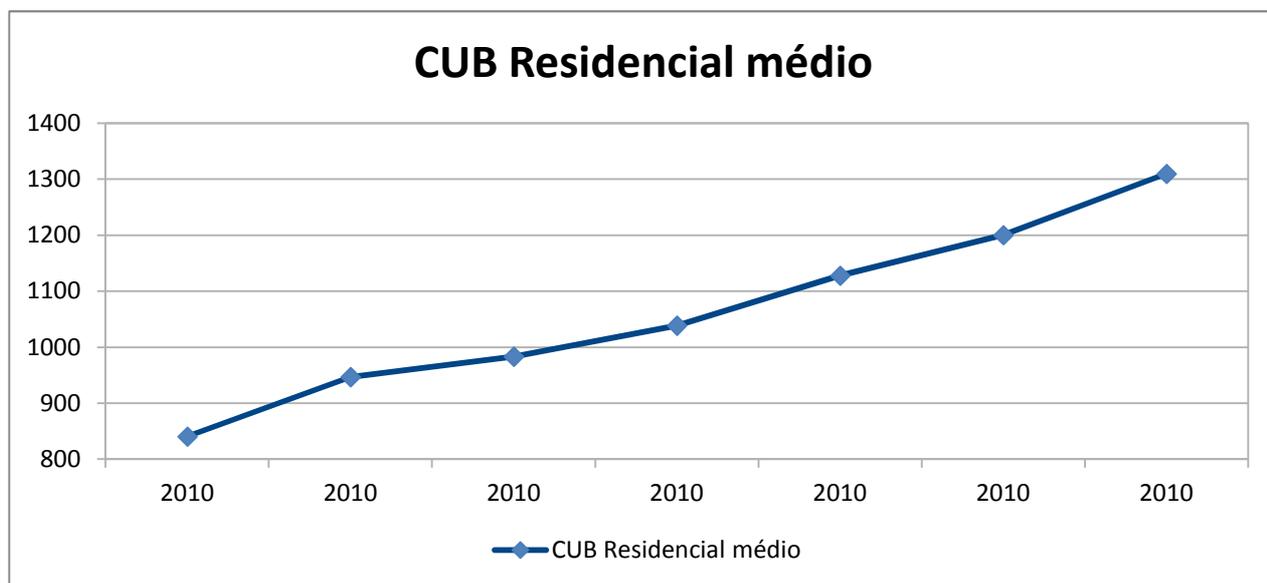
Todos estes problemas relacionam-se com uma dinâmica urbana rigorosamente inscrita no âmbito do mercado, da valorização dos espaços urbanos em detrimento do atendimento ao direito à moradia, em especial, das classes trabalhadoras.

Não deve parecer coincidência que o movimento de valorização imobiliária em Florianópolis acompanhe *pari passu* a tendência de mercantilização da imagem da cidade: tratam-se de dois processos interligados, indissociáveis.

Recebendo tal volume de imigrantes, os imóveis disponíveis encontram-se super valorizados, e enormes porções de terra, especialmente nas áreas extremas da região insular, permanecem desocupadas esperando a desejada valorização. Diante das dificuldades de pagar aluguel ou adquirir alguma propriedade, multiplicam-se as ocupações urbanas, as habitações em áreas irregulares e de risco, avolumam-se os descontentes e condenados da (falta de) terra.

O CUB (Custo Unitário Básico) de edificações residenciais em Florianópolis subiu 55% nos últimos 7 anos, passando de R\$840,52 em 2007 para R\$1.309,57 em 2013. O Gráfico I apresenta esta evolução do CUB médio residencial em Florianópolis nos últimos 7 anos:

Gráfico I – Evolução do CUB médio residencial em Florianópolis (2007 – 2013)



Fonte: SINDUSCON, 2013.

O encarecimento apresentado acima não é suportado por milhares de habitantes, que imprimem, com isto, uma dinâmica de mobilidade intraurbana em Florianópolis que constitui, também, fator importante em nossa análise.

O encarecimento do CUB residencial médio em Florianópolis é uma tendência geral, como visto no Gráfico I. Todavia, este movimento geral não pode esconder movimentos específicos, qual

seja, a valorização acima da média em alguns bairros residenciais. Da mesma forma, portanto, que contingentes expressivos de migrantes chegam à Florianópolis, um volume em igual medida elevado de pessoas deixa a região insular e passa a residir em áreas mais periféricas da Grande Florianópolis. A elevação da renda da terra e o encarecimento dos alugueis, imóveis e do próprio CUB promovem um processo de periferização, que, durante décadas, foi insular-vertical (ocupação dos morros, em especial do Maciço Central), insular-todavia de risco (região de dunas e mangues, no norte e no sul da Ilha) e agora é eminentemente horizontal, em áreas periféricas de São José, Palhoça e, em menor medida, Biguaçu.

Na periferia destes municípios, os problemas com transporte urbano, saneamento básico, fornecimento de serviços públicos como energia elétrica e água potável, e segurança pública são ainda maiores. Nestas áreas, estão presentes em maior número os terrenos menos valorizados e aqueles utilizados para ocupações irregulares. Para muitas famílias, é a possibilidade, temporária, de poder pagar o aluguel, que são mais baratos, ou mesmo acessar a alguma habitação própria.

Mas muitas famílias, mesmo sob estas condições, permanecem não possuindo casa, nem própria e nem de aluguel. São famílias muito pobres, algumas com histórico de morar nas ruas, com elevada vulnerabilidade social, e constantemente pressionadas por uma polícia repressora e um Estado omissivo. Famílias que se acostumaram a viver de favor, em casas de parentes e amigos. Famílias que, por algum tempo, viveram sob a instabilidade do aluguel social, inferior certamente ao valor que seria adequado para garantir uma moradia digna, mas é justamente por que a moradia digna tem um valor – elevado demais para estas famílias – que elas estão nesta situação.

A Ocupação Contestado é formada por estas famílias. Um conjunto de 100 famílias com histórico de habitação precária, de residência em aglomerados subnormais, favelas, casas de favor etc. Famílias que foram enganadas pelo poder público, que aprenderam que a política eleitoral é enganadora e que uma outra forma de fazer política, desde baixo, é necessária. Por que a cidade que lhes excluiu o fez como produto de uma decisão política. E a cidade que elas querem, onde eles próprios cabem, somente será possível também como fruto de uma decisão política. São famílias que encontraram a terra prometida, na região da Serraria, no Jardim Araucária, em São José, na Grande Florianópolis. Região limite de São José, ao pé do morro que separa a cidade em que vivem de Biguaçu.

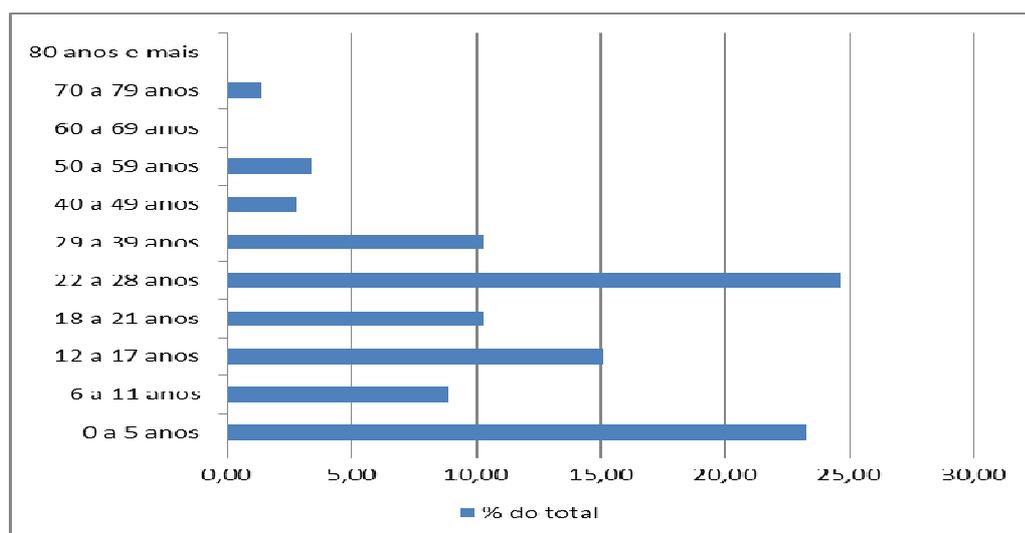
Alguns resultados preliminares

Finalmente, trazemos aqui algumas questões que merecerão maior atenção em nosso trabalho de análise dos dados, as quais emergiram tanto de análises preliminares do *survey* realizado entre os meses de maio e dezembro de 2013 (e que teve por universo a totalidade da população da

Ocupação - 92 questionários - contendo 140 questões fechadas), como das observações diretas realizadas a partir dos grupos focais e entrevistas com os moradores da Ocupação Contestado.

O primeiro elemento a se destacar é a estrutura etária da população. O Gráfico 2 apresenta dados, coletados pela aplicação dos questionários, referentes à idade dos moradores da Ocupação Contestado.

Gráfico 2 – Estrutura Etária dos Moradores da Ocupação Contestado.



Fontes: Dados coletados pelos autores, 2014.

Pelo Gráfico 2, percebe-se que a população residente no Contestado é, sobretudo, jovem. A cúspide do histograma localiza-se no grupo etário de 22 a 28 anos, onde se concentra 24,66% do total da população. O segundo grupo etário mais populoso é o de 0 a 5 anos, onde se concentram 23,29% do total da população. Estes resultados mais frequentes indicam ser predominante, na Ocupação Contestado, casais jovens com filhos, o que desvela a elevada fecundidade e, ainda, a idade precoce dela. Outro resultado bastante indicativo é a população idosa reduzida: apenas 1,37% dos moradores da Ocupação Contestado possuem mais de 60 anos (grupos etários de 60 a 69 anos, 70 a 79 anos e 80 anos e mais). Este resultado expõe as dificuldades da vida, impostas pela restrição de recursos e ausência de políticas públicas e acesso aos serviços básicos fundamentais, na periferia da Grande Florianópolis. Estas dificuldades restringem de forma evidente a participação de pessoas mais idosas nas ocupações organizadas e nos movimentos de luta por moradia.

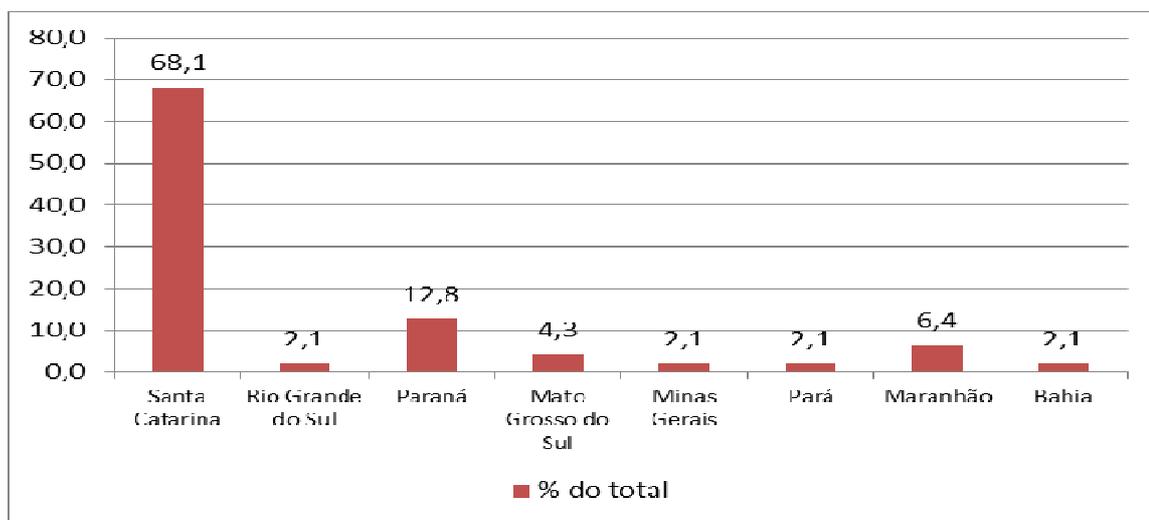
Como vimos, mídia e órgãos do governo estão irmanados na tarefa de produzir enquanto mercadoria a cidade de Florianópolis, a anunciando em revistas e jornais de circulação nacional. Pudemos acompanhar algumas das principais consequências desta conversão da cidade de Florianópolis de espaço a objeto da valorização do capital: elevação da renda da terra,

encarecimento do CUB e do custo de vida na região insular, aumento da população residente nas áreas periféricas da cidade (São José, Biguaçu e Palhoça, sobretudo). Quando organizam-se movimentos de resistência à estas transformações, particularmente sob a forma de ocupações, os mesmos órgãos governamentais e a mídia unem-se, novamente, na formulação de estratégias ideológicas, divulgadas sistematicamente, de desautorização pública destes movimentos e ocupações. A principal estratégia é a divulgação de que a maior parte dos integrantes destes movimentos e ocupações são pessoas de outros Estados, especialmente nordestinos, que, ao encontrar dificuldades em sua chegada à Florianópolis, oportunisticamente passam a buscar moradia por vias outras que não a do trabalho. Este discurso, ao passo que produz um inimigo à ordem local que é o imigrante, nestes casos rapidamente identificados como pernambucanos, baianos, cearenses etc, fortalece o sentimento xenófobo na manipulação da informação. No centro deste discurso estão, portanto, a crença de que a maioria dos sem teto é composta de pessoas não naturais do Estado de Santa Catarina e de pessoas que não trabalham, pois do contrário conseguiriam, pelo salário, viver dignamente de aluguel, seja na ilha ou no continente. Os dados sociais e demográficos sobre os moradores da Ocupação Contestado (como também de outras ocupações, sejam elas organizadas ou não) desmentem rápida e facilmente este discurso.

Inicialmente, é preciso destacar que não altera em nada a legitimidade destes movimentos e ocupações a origem de seus integrantes. Ademais da miscigenação étnica e racial do povo brasileiro e da intensa mobilidade espacial da população que reside no território nacional desde meados do século XX, os direitos (à moradia, saúde, educação, transporte etc), são universais, independente de origem, cor, etnia, classe e endereço de residência. Trata-se, portanto, de um discurso que, além de falso, como veremos, é inconstitucional.

A primeira falsidade deste discurso se refere à origem dos responsáveis pelos domicílios na Ocupação Contestado. Neste ponto, chama a atenção justamente o exposto do propagado pela mídia e pelos órgãos do governo: a enorme predominância dos responsáveis pelos domicílios que são naturais de Santa Catarina, conforme se pode observar no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Estado de origem dos responsáveis pelos domicílios na Ocupação Contestado.



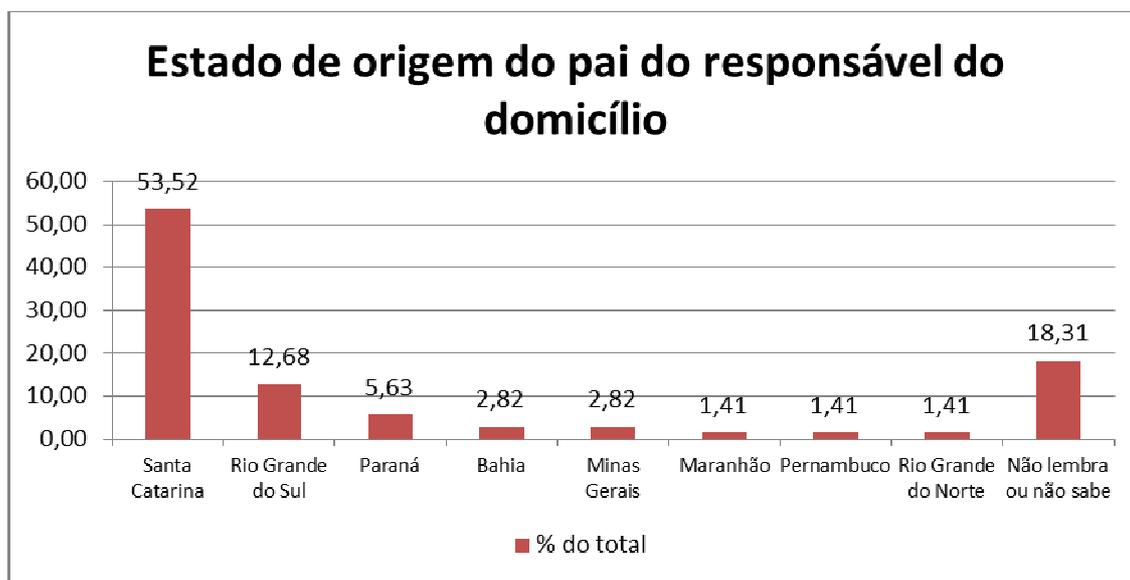
Fonte: dados coletados pelos autores, 2014.

Santa Catarina é, portanto, o Estado de origem mais comum dos responsáveis pelos domicílios, seguido de Paraná e Maranhão; 68,1% do total dos responsáveis pelos domicílios são naturais do Estado de Santa Catarina, ao passo que 12,8% são paranaenses e 6,4%, maranhenses.

Quanto aos catarinenses, são migrantes internos, provenientes, sobretudo, do Oeste (municípios de Chapecó, Xanxerê e Concórdia são os mais comuns), do Sul (Criciúma e Tubarão, principalmente) e da Região Serrana (Lages, em especial). Homens e mulheres que migraram por conta da ausência de possibilidades de manutenção da vida em regiões sob transformações produtivas, crises econômicas e centralização da terra e do capital.

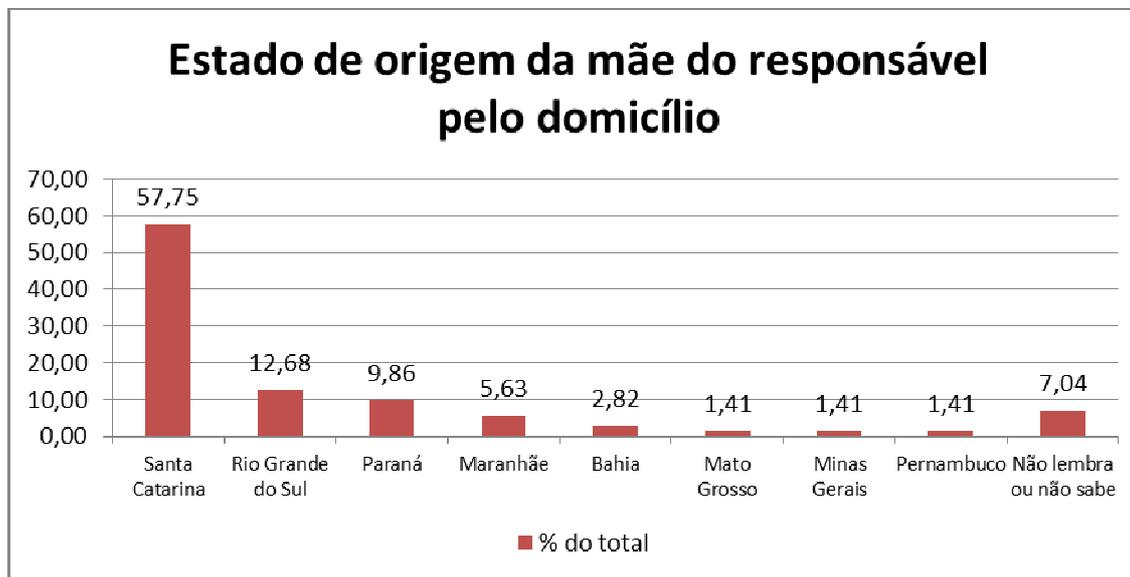
Chama a atenção o percentual relativamente reduzido de responsáveis pelos domicílios com origem no Estado do Rio Grande do Sul. Deve-se, no entanto, ressaltar que estamos falando de chefes de domicílios jovens, já nascidos no Estado de Santa Catarina, todavia muitos deles filhos, seja por parte de pai, mãe ou de ambos, de migrantes gaúchos que passaram a residir em Santa Catarina. Os Gráficos 4 e 5 apresentam, respectivamente, dados sobre a origem dos pais e mães dos responsáveis dos domicílios da Ocupação Contestado:

Gráfico 4 – Estado de origem dos pais dos responsáveis por domicílios na Ocupação Contestado.



Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

Gráfico 5 – Estado de origem das mães dos responsáveis por domicílios na Ocupação Contestado.



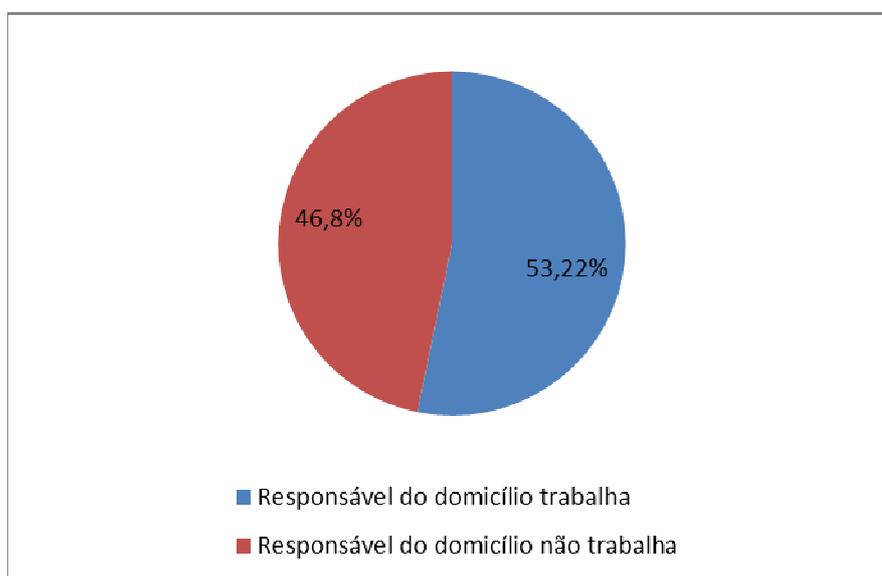
Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

A segunda falsidade do discurso midiático e governamental oficial se refere ao fato de os integrantes dos movimentos e ocupações serem identificados como pessoas que não trabalham, dado que, do contrário, aufeririam rendimento de seu trabalho e, portanto, poderiam pagar um aluguel para viver dignamente. Nesta falsidade há duas ilusões, propagadas aberta e diariamente: a

de que os responsáveis pelos domicílios no Contestado não trabalham e a de que o salário médio na cidade é suficiente para o pagamento do valor do aluguel e uma vida digna. Vejamos como a realidade do Contestado desmente mais estes dois pontos.

Inicialmente, deve-se ressaltar que a ideia de que morador de ocupação não trabalha é absolutamente falsa. O Gráfico 6 apresenta dados obtidos a partir da resposta à pergunta “atualmente, tu estás trabalhando”, do bloco sobre ocupação e renda do questionário aplicado aos responsáveis pelos domicílios na Ocupação Contestado.

Gráfico 6 – Situação do trabalho dos responsáveis do domicílio na Ocupação Contestado.



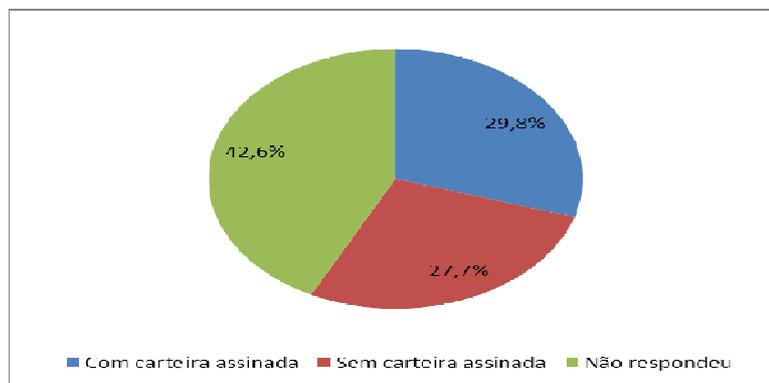
Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

Deduz-se do Gráfico 6 que, ao contrário do que propagado pela mídia e pelos órgãos do governo, a maioria dos responsáveis pelos domicílios é composta de trabalhadores (53,22% do total). São, em sua imensa maioria, trabalhadores pouco qualificados, inseridos em segmentos subalternos do mercado de trabalho, muito próximos à informalidade. Atuam sobretudo nos setores da construção civil (como pedreiros e serventes de pedreiros), segurança (como vigilantes), revendedores autônomos (especialmente de cosméticos) e nos serviços gerais. As atividades organizativas na ocupação (reuniões de núcleo, de quadras, assembleias e inclusive mutirões) e mesmo as atividades desta pesquisa (aplicação dos questionários e realização dos grupos focais e entrevistas) foram marcadas, aliás, tendo em vista a jornada de trabalho destes moradores, sendo realizadas, por isso, frequentemente à noite ou aos domingos.

Do percentual predominante que corresponde aos responsáveis por domicílio que

trabalhavam no momento da aplicação do questionário, um ligeira maioria deles, 29,8% do total, declararam trabalhar com carteira de trabalho assinada, ao passo que 27,7% do total responderam trabalhar sem carteira e o restante, 42,6% do total, preferiram não responder a esta ponto do questionário. O Gráfico 7 apresenta estes resultados:

Gráfico 7 – Condição dos responsáveis de domicílio que estão trabalhando atualmente.

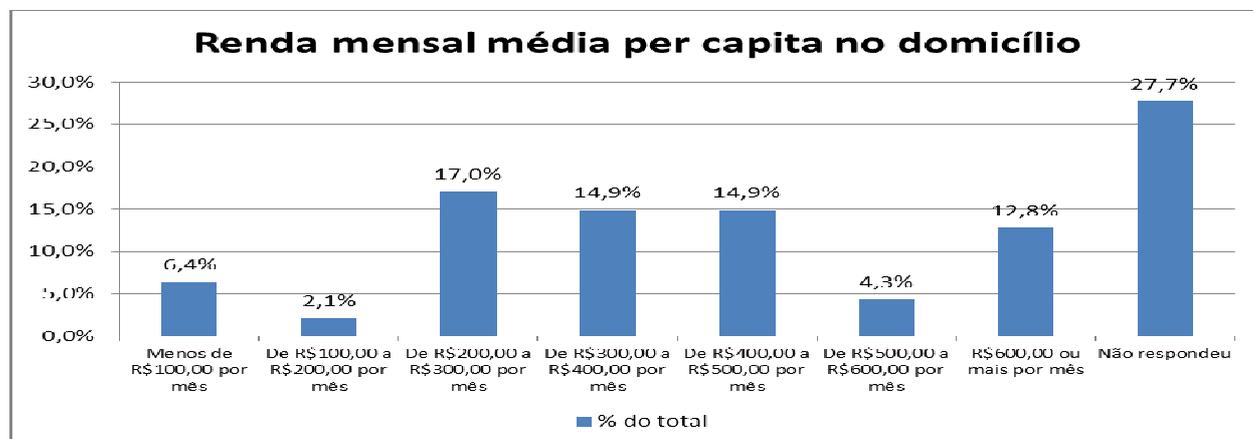


Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

A subalternidade destes trabalhadores no mercado de trabalho da região e, sobretudo, os níveis extremos de superexploração da força de trabalho a que são submetidos faz com que a renda média do trabalho situa-se em um patamar incapaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e, ainda, pagar o valor do aluguel. Aprofundemo-nos, brevemente, na análise da renda dos responsáveis por domicílio na Ocupação Contestado.

A aplicação dos questionários revelou, conforme indica o Gráfico 8, uma renda per capita no domicílio bastante baixa.

Gráfico 8 – Renda domiciliar per capita na Ocupação Contestado.



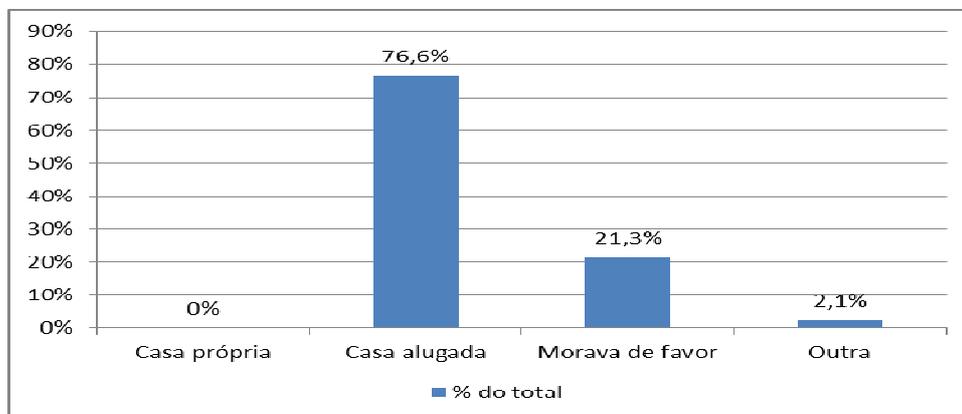
Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

A renda familiar per capita média é de R\$379,44, insuficiente, certamente, para cobrir os gastos individuais, seja de crianças em idade escolar, seja de adultos trabalhadores. Excluindo-se as ajudas governamentais, ajudas de amigos e parentes e outras transferências identificadas pelo questionário, a renda média do trabalho principal dos responsáveis de domicílios na Ocupação Contestado é de R\$783,90. A comparação deste montante com o valor médio dos aluguéis na cidade revela, como afirmado anteriormente, a incapacidade de conciliar o aluguel com o pagamento dos gastos referentes à saúde, educação, alimentação etc. Em outras palavras, ou se come, ou se paga aluguel.

Desfaz-se, com isto, a ilusão de que os integrantes de movimentos de luta por moradia e moradores de ocupações sejam capazes de adquirir moradia digna se trabalhassem: eles já são trabalhadores, subalternizados e superexplorados, e seu salário, diante do alto valor do aluguel, lhes obriga mensalmente a optar entre aluguel e comida, ou aluguel e educação, ou aluguel e saúde, mas jamais poderão ter ao mesmo tempo em que pagam aluguel os seus demais direitos. Ao organizarem-se, então, descobrem que a casa e a terra são também seu direito, e assumem com isto funções protagônicas no movimento de luta por moradia.

Os responsáveis pelos domicílios na Ocupação Contestado, sejam migrantes ou mesmo naturais de Florianópolis, ocupavam nos últimos anos um local de residência subalterno, periférico, na cidade. Viviam em bairros mais isolados da região da Grande Florianópolis e, em sua enorme maioria, residiam em casas alugadas ou, em menor medida, moravam de favor na casa de parentes e amigos. O Gráfico 9 apresenta dados sobre a condição da moradia anterior dos moradores da Ocupação Contestado.

Gráfico 9 – Condição da moradia anterior dos responsáveis pelos domicílios na Ocupação Contestado.

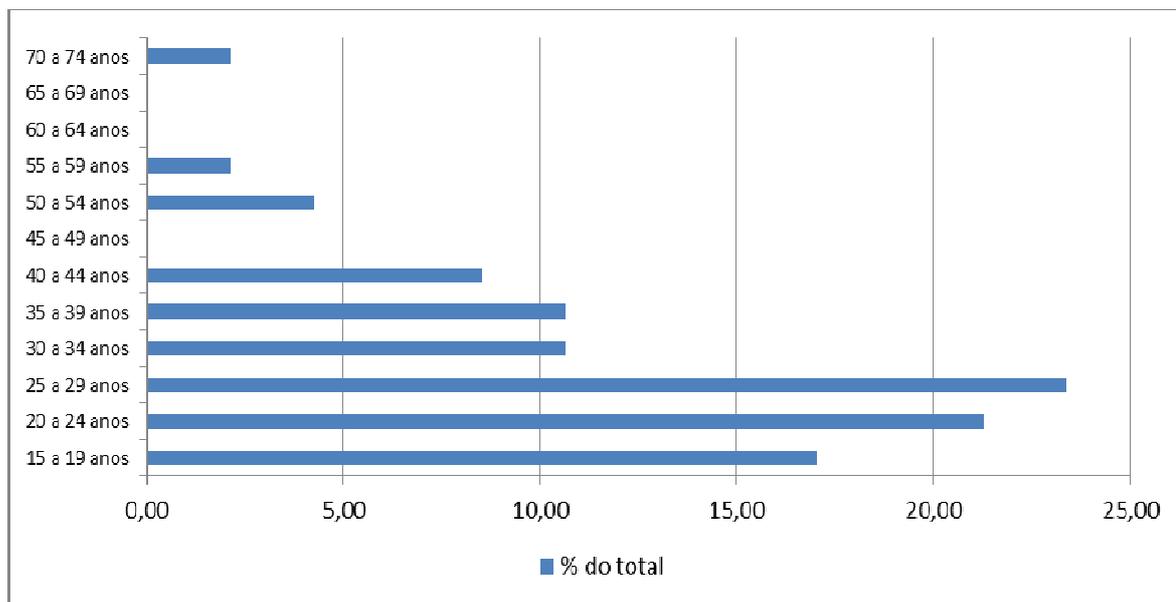


Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

A maioria dos responsáveis pelos domicílios, o equivalente a 76,6% do total, morava, antes da ocupação organizar-se, de aluguel, comprometendo através dele parcelas substanciais de sua renda mensal. Outros nada desprezíveis 21,3% do total de responsáveis por domicílios entrevistados declararam residir de favor, em casas de amigos e parentes, antes da ocupação. Estes dados revelam que, para a imensa maioria dos moradores da Ocupação Contestado, ir morar na ocupação significou uma melhoria significativa, seja em termos monetários, a partir do término de pagamento de aluguel, seja em termos de privacidade e autonomia, dado que conquistam a possibilidade de erigir sua própria casa, seu próprio espaço, sem depender do favor de outrem.

Como visto, a população residente na Ocupação Contestado é formada, sobretudo, de adultos jovens (situados no grupo etário de 22 a 28 anos) e crianças de 0 a 5 anos de idade. A estrutura etária jovem da ocupação condiciona fortemente a precocidade da formação de arranjos familiares e a existência de responsáveis por domicílios com idades também bastante reduzidas. O Gráfico 10 apresenta a estrutura etária específica dos responsáveis de domicílios na Ocupação Contestado:

Gráfico 10 – Estrutura etária dos responsáveis por domicílio na Ocupação Contestado.

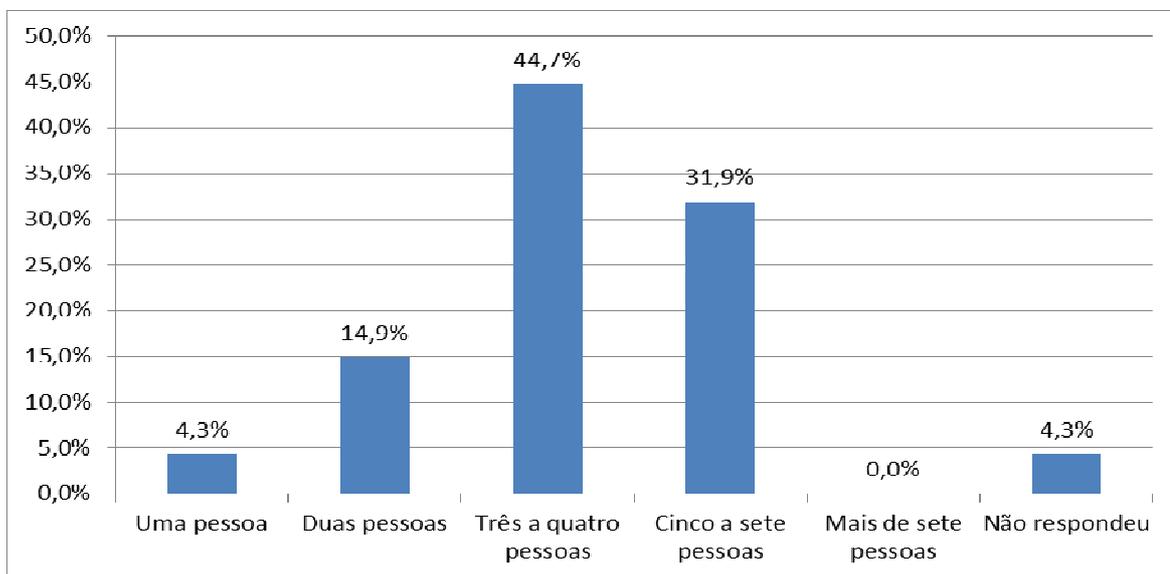


Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

Os três grupos etários em que mais se concentram responsáveis por domicílios são, justamente, os três grupos etários mais jovens: 15 a 19 anos (17,02% do total), 20 a 24 anos (21,28% do total) e 25 a 29 anos (23,40% do total). Em outros termos, mais de 60% dos responsáveis pelos domicílios na Ocupação Contestado possuem menos de 30 anos de idade. Trata-se de jovens, homens e mulheres, precocemente alçados à condição de responsáveis por domicílios, seja por razões diversas, dentre as quais destacam-se ausência dos pais e nascimento de seus

próprios filhos. O Gráfico 11 apresenta dados a partir da consulta presente no questionário sobre as pessoas que integram os domicílios e sua situação em relação ao responsável:

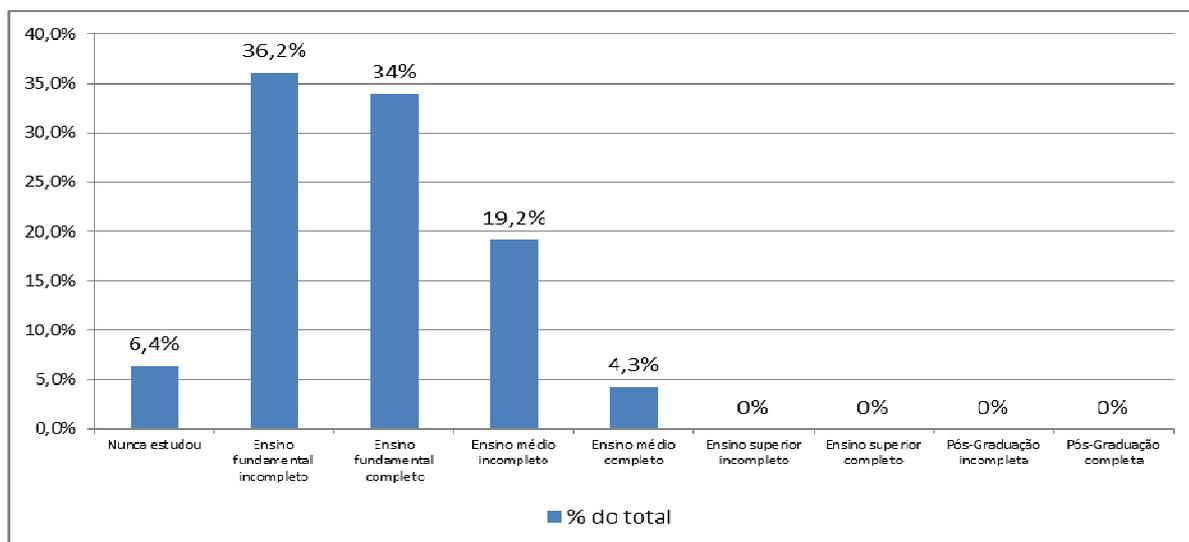
Gráfico 11 – Número de moradores por domicílio na Ocupação Contestado.



Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

No que tange à escolaridade dos responsáveis pelo domicílio, percebe-se um das características sociais mais dramáticas da Ocupação Contestado, com repercussões sobre trabalho e saúde: a baixa escolaridade. O gráfico 12 apresenta a escolaridade, em termos de níveis de instrução, dos responsáveis de domicílio na ocupação:

Gráfico 12 – Nível de escolaridade dos responsáveis por domicílio na Ocupação Contestado.



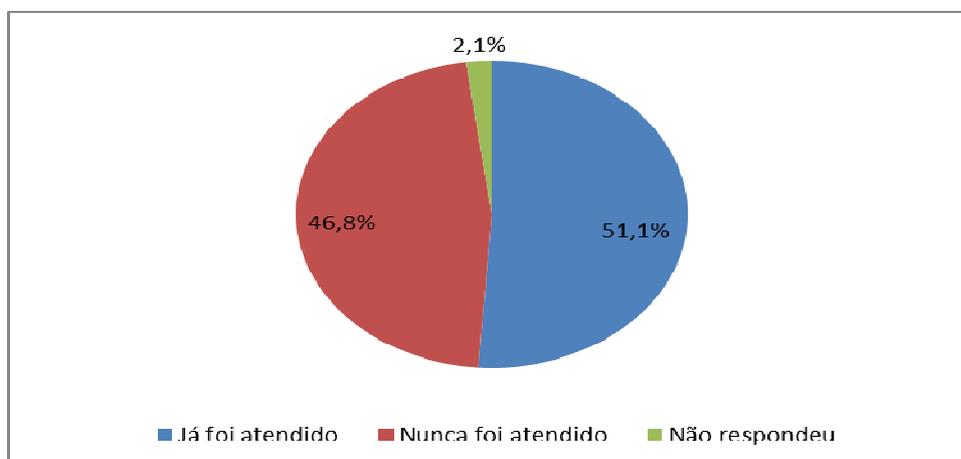
Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

A grande maioria dos responsáveis possui, como se afora do Gráfico 12, níveis precários de escolaridade: 36,2% deles possui apenas o ensino fundamental incompleto, e outros 34%, o ensino fundamental completo. Em outras palavras, mais de 70% dos responsáveis por domicílio na Ocupação Contestado não chegou a iniciar o ensino médio. Chama a atenção ainda que 6,4% dos responsáveis não tenham nenhum nível de escolaridade, ou seja, nunca estudaram. É desta ausência de estudo e de conhecimento formal que as oligarquias políticas locais se aproveitam historicamente, em estelionatos eleitorais das mais variadas formas; também é dela de que se vale um sem número de empresas e empreiteiras, interessadas em força de trabalho informal, sub remunerada.

Além da escolaridade, a saúde é um campo também em que a ausência de políticas públicas específicas e a situação de elevada vulnerabilidade sócio-espacial a que estão expostos os moradores da região periférica da Grande Florianópolis mostra sua dramaticidade. A preocupação com o tema e o entendimento de que a saúde é um indicador bastante preciso da segregação imposta pelo projeto elitista de cidade vigente em Florianópolis motivou-nos a conferir um bloco específico do questionário para a averiguação das condições de saúde existentes na Ocupação.

O primeiro elemento a se ressaltar em relação à saúde é se as famílias estão sendo atendidas pelo Programa Saúde da Família (PSF), através do qual as famílias passam a ser o objeto da atenção das estruturas de assistência à saúde existentes, sendo, com isto, atendidas em seu próprio ambiente doméstico. Ao serem questionados sobre se a família é atendida já foi atendida pelo PSF, uma leve maioria (51,1%) dos responsáveis pelos domicílios responderam que sim, ao passo que 46,8% deles responderam que não e, por fim, 2,1% não responderam à pergunta. O Gráfico 13 apresenta estes resultados:

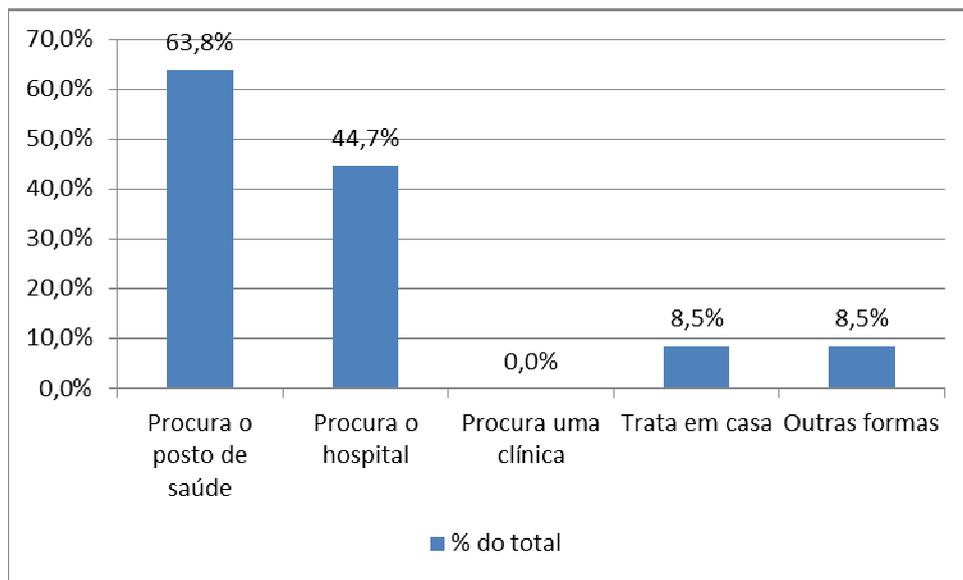
Gráfico 13 – Atendimento pelo Programa Saúde da Família.



Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

Apesar desta leve predominância do “sim” nas respostas, se percebe que o posto de saúde ainda é a principal forma de tratamento dos casos de doenças. Isto evidencia que o PSF ainda não é uma estratégia dominante na atenção básica à saúde, seja por ausência de estrutura de atendimento na região, seja por desconhecimento das famílias da existência deste serviço. Atualmente, há acesso ao posto de saúde do bairro, mas no início da ocupação não havia, em razão da exigência, ilegal, de apresentação de comprovante de residência para o atendimento. O Gráfico 14 apresenta dados relativos à forma empregada pelas famílias para tratar casos de doença dos moradores do domicílio:

Gráfico 14 – Forma de tratamento dos casos de doença em moradores do domicílio.



Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

Como visto, a maioria das respostas aponta para o atendimento em posto de saúde, e em segundo lugar nas escolhas, o hospital (as respostas eram múltiplas, por isto o total exceder cem por cento). Um elemento interessante presente nas respostas, que aponta para especificidades culturais importantes, é o uso, por parte das famílias maranhenses entrevistadas, de garrafadas, compostos naturais que, se creem estas famílias, sejam medicinais.

Os dados também apontam para o fato de que a maioria inaugura suas práticas associativas a partir do processo de ocupação. Ou seja: a maioria não tem experiência associativa anterior, e a realização do movimento depende da iniciativa de articuladores externos ao próprio grupo de demandatários. O movimento surgiu sem uma preparação prévia, resultado de circunstâncias políticas eleitorais no plano específico do município de São José.

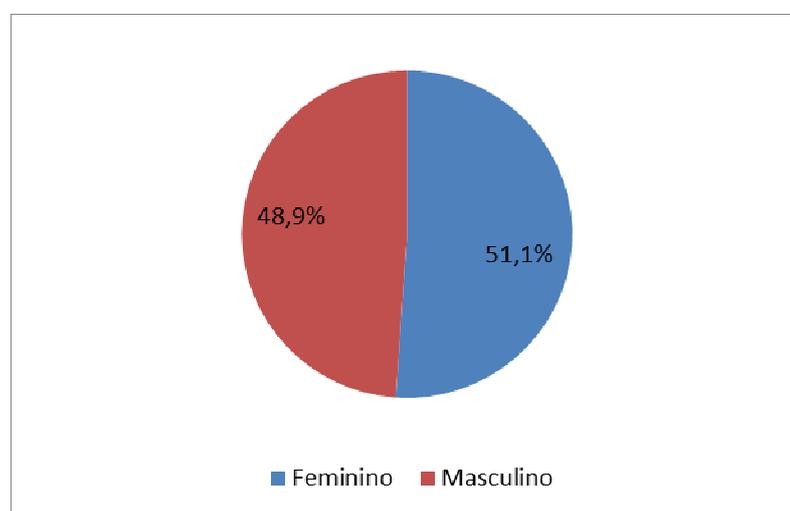
No plano da organização interna percebe-se que a inexperiência da larga maioria dos moradores é acompanhada pela forte presença de moradores adeptos de igrejas neopentecostais (ou

evangélicos, se empregarmos o termo como normalmente se autodenominam). Tal tendência religiosa no âmbito da ocupação tem reflexos na organização interna dos moradores, pois frequentemente são acusados de esvaziarem os espaços coletivos, tais como as assembleias e as reuniões por quadras e núcleos.

Este problema que se soma à inexperiência política da maioria dos moradores, faz com que as assessorias (ou, no linguajar contemporâneo, as redes de apoio) tenham um papel bastante importante nos rumos do movimento, no desenho de suas estratégias e em suas formas de mobilização e estrutura de organização interna.

Mas no conjunto de lideranças que emerge no Contestado destaca-se a participação das mulheres. O protagonismo feminino será uma das questões que merecerá uma maior atenção, conduzindo-nos a um esforço analítico que necessariamente irá incorporar as questões de gênero como uma dimensão privilegiada da pesquisa. Destaca-se, por ora, que a maioria das lideranças, as chamadas coordenadoras de núcleo, que são as figuras públicas da ocupação (tanto no cotidiano do bairro quanto em reuniões com a prefeitura e órgãos relacionados às exigências da comunidade), são mulheres. Como também são mulheres a maioria dos responsáveis por domicílios no Contestado, conforme o Gráfico 15:

Gráfico 15 – Sexo dos responsáveis pelos domicílios na Ocupação Contestado.



Fonte: Dados coletados pelos autores, 2014.

Consideração Final

Assim, a presente pesquisa, pretende conhecer melhor os moradores da Ocupação Contestado, dando visibilidade a elas e entendendo que sua presença ali é produto de um projeto de cidade excludente, elitista. Um projeto de cidade que oferece linhas de transporte público apenas

para o trabalho, e não para o lazer. Que não lhes permite residir em áreas próximas à Florianópolis mercadoria, da ilha, da magia. Que não fornece os serviços públicos mais básicos e elementares, pelo menos não sem interrupções no fornecimento. Um projeto de cidade mercadoria que convida os ricos e periferiza os pobres. Uma cidade em que cabem poucos.

Referências

IPUF. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Política Habitacional de Florianópolis**. Florianópolis: 2002.

SUGAI, Maria Inês. Há favelas e pobreza na “Ilha da magia”? In: ABRAMO, Pedro (Org.). **Favela e mercado informal**: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: ANTAC, v. 10, 2009. p. 162-199. (Coleção Habitare).

TORNQUIST, Carmen Susana, REIS, Antero et all. Delicadas escolhas: o universo, os objetivos e os métodos desta pesquisa. In: ASSIS, Glaucia, MOTTA, Flavia e AREND, Silvia (org). **Aborto e contracepção** (historias que ninguém conta). Florianópolis, Editora da UDESC, 2012.